

ALONSO, Juan José Hernández, **Jesus de Nazaré, suas palavras e as nossas. O que se pode afirmar sobre sua vida e mensagem**, tradução de I.d., João Batista Kreuch, Petrópolis: Vozes, 2022

Quem é Jesus Cristo? Esta pergunta vem sendo feita há dois milênios e nunca terá resposta esgotante. O mistério de Jesus transcende ao infinito o pensamento e a linguagem humanos. Não se trata de uma barreira a impedir qualquer avanço, e sim de um horizonte que se amplia e aprofunda a cada passo dado ao avançarmos, penetrando nele como mergulhadores num luminoso oceano sem fundo ou astronautas subindo rumo a um espaço de horizonte infinito. Jesus Cristo é o Deus-homem¹. A existência histórica de Jesus de Nazaré e a profissão de fé em Cristo Senhor designam um e o mesmo sujeito. Fato e interpretação estão radicalmente unidos, embora a reflexão teológica possa acentuar uma ou outra dimensão sem nunca perder de vista que são dimensões da realidade una e única: Jesus é o Cristo, o Cristo é Jesus.

Hernández Alonso (HA) não pretende ser original nem trazer alguma nova contribuição para a cristologia, e sim apresentar Jesus de Nazaré, os conteúdos essenciais de sua mensagem, a grandeza e profundidade de seu mistério através de uma linguagem transparente e acessível, apoiado no material oferecido pela exegese católica e protestante, pelo método histórico-crítico, sem perder de vista, porém, que o conhecimento a respeito de Jesus transcende o que a exegese e a teologia apresentam, não obstante sua indispensável contribuição à fé, onde tudo começa. A fé é o início da vida eterna.

A obra começa abordando a questão do Jesus histórico. Nesta abordagem devemos levar em conta os inequívocos vestígios históricos presentes nos evangelhos e os pressupostos dogmáticos do leitor dos evangelhos a partir da fé em Jesus Cristo. Os evangelhos procedem de tradições populares e visam orientar o conhecimento e a prática da comunidade cristã primitiva ao confessar a revelação definitiva de Deus aos homens na encarnação, bem como a experiência pascal da comunidade nos momentos e situações em que Jesus ressuscitado vem ao encontro de seus discípulos. Encarnação e ressurreição são eventos históricos, embora transcendam os limites da história.

¹ Denzinger – Hünermann, *Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral*, 301

A relação entre o Cristo da fé e o Jesus da história é inerente à fé cristã. Foi, porém, no século XVIII com a Ilustração que ela tornou-se objeto de crítica. Hermann Samuel Reimarus, Davi Friedrich Strauss, Bruno Bauer, Ernst Renan e outros falam de um Jesus histórico alijado do judaísmo e do ensino da Igreja católica, apresentando-o como pregador moral ou reformador social. Mais adiante diversos teólogos passaram a tratar da questão posta pelos liberais situando-a no âmbito da fé. Entre esses teólogos se encontram Karl Martin August Kähler, Wiliam Wrede, Albert Schweitzer e Rudolf Bultmann. Este considera impossível e até mesmo desnecessária essa busca, pois o que conta é a adesão do crente a Cristo, pregado no querigma da Igreja. O importante não é Jesus, e sim a mensagem. Põe-se, porém, a pergunta: como aceitar o querigma de Cristo sem a realidade histórica de sua origem em Jesus de Nazaré?

Nesta questão deve-se levar em conta o seguinte: de um lado, os vestígios da história nos evangelhos são inequívocos e precedem qualquer consideração teológica; de outro, a investigação histórica não pode ser freada por pressupostos dogmáticos. O conhecimento histórico, porém, é limitado por natureza, o que impede a elaboração de uma história completa de Jesus ou de qualquer outro personagem histórico. Neste debate é importante a contribuição de Joachim Jeremias nos estudos referentes à invocação *Abba*, às parábolas de Jesus e à teologia do Novo Testamento.

A questão avança com E. Käsemann. Formado por Bultmann, vai além do mestre. Seu interesse pelo Jesus histórico abriu caminho para as obras de importantes teólogos católicos e protestantes, dentre eles R. Schnackenburg, W. Kasper e E. Schillebeeckx, G. Bornkamm, H. Conzelman e W. Pannenberg. Os evangelhos estão sumamente interessados na história pré-pascal de Jesus, mas o seu interesse tem uma orientação diferente daquela que comanda a moderna ciência histórica. Eles querem apresentar a história de Jesus como a historia de Deus em sua relação com o mundo. É nesta perspectiva que os evangelhos relatam a mensagem dos atos e da história de Jesus em sua existência terrena. Trata-se de apresentar o “uma vez” de Jesus como se fosse o “de uma vez para sempre divino” aceito pela fé como uma certeza.

A pesquisa prossegue com a contribuição de biblistas e teólogos, destacando-se o biblista católico J.P. Meier e J.A. Fitzmyer. A busca do Jesus histórico auxiliada pelo estudo de fatores dentre os quais o contexto histórico do mundo judeu palestino do século I e os documentos de Qumran contribuíram para desembaraçar o caminho até o

conhecimento de Jesus. Contudo a história como ciência não pode ser normativa para a fé. Sua contribuição consiste em investigar a conexão entre Jesus e o testemunho de fé dado pelo Novo Testamento. A estrutura narrativa de Marcos, corroborada por outros escritos não narrativos do Novo Testamento e por documentos não cristãos oferecem alguns dados sobre o Jesus histórico em aspectos essenciais de sua vida. Contudo o Jesus da história não é o Jesus real, e sim uma abstração, uma construção moderna. Os evangelhos remetem ao Jesus terreno. Por causa deste e de outros fatores não é possível separar adequadamente o “Jesus da história” do “Jesus da fé”, pois “um desemboca amplamente no outro”. Citando HA: “O Jesus da história é crucial para evitar falsos mal-entendidos de mera e pura helenização da linguagem mítica do judaísmo, que reduziria a pessoa de Jesus a pura lenda e a falsos fundamentalismos de caráter apocalíptico. Ao mesmo tempo, e com a mesma consistência, temos de afirmar que o objeto da fé cristã não é o Jesus da história, mas o Cristo da tradição da Igreja” (p. 43).

Surge a Igreja não por razão “prática”, “funcional”, e sim como “continuidade fundamental” entre o povo de Israel e o novo povo de Deus. Na Igreja são redigidos os evangelhos, resultantes de um complicado processo de tradições sobre Jesus. Este processo inclui o anúncio oral, sua passagem para a escrita, o predomínio desses escritos. Quatro deles foram reconhecidos como canônicos.

Não obstante a identificação absoluta do Jesus terreno com o Cristo continua legítima a busca do Jesus histórico escondido, por assim dizer, no emaranhado de tradições do cristianismo primitivo. Procedese a esta busca com a ajuda dos seguintes critérios: *critério da dificuldade*, *critério da descontinuidade*, *critério do testemunho múltiplo*, *critério da coerência*, *critério da rejeição e execução*, *critério de vestígios do aramaico*, *critério do ambiente palestino*. Existem ainda outros critérios. De uma maneira ou de outra, todos estes critérios se reportam ao Jesus histórico, a sua pregação, a seu agir, a sua vivência durante sua existência terrena. Concluindo, somente através da história podemos chegar a Jesus; por outro lado, o Cristo da fé não pode ser dissociado do Jesus da história.

Entrando na questão da pesquisa bíblica, HA reconhece a dificuldade da Igreja Católica em aceitar a pesquisa bíblica moderna no que tange às ciências, particularmente à história. Haja vista, por exemplo, a defesa pela Pontifícia Comissão Bíblica em 1909 do sentido literal histórico dos três primeiros capítulos do Gênesis. A

situação começou a mudar com a encíclica do papa Pio XII *Divino Afflante Spiritu*. Com ela a exegese católica abriu-se para as novas técnicas de investigação histórico-críticas sobre a Bíblia. Este avanço prosseguiu com novos documentos de grande valor, destacando-se a constituição conciliar *Dei Verbum*, o documento da Pontifícia Comissão Bíblica sobre a interpretação da Bíblia na Igreja, a exortação do papa Bento XVI *Verbum Domini*.

Em conclusão, pode-se dizer que os evangelhos contêm material histórico, mas não são biografias em sentido científico-moderno. O que pretendem é dar um testemunho de fé ao identificar o Jesus terreno e o Cristo proclamado pela comunidade eclesial.

Segue uma cristologia bíblica, tendo como ponto de partida a história de Israel entendida em perspectiva messiânica: a aliança entre Javé e Israel, culminando em Jesus Cristo. Desenvolve-se um senso histórico em que fatos presentes se abrem para o futuro e acabam por deixar entrever um messianismo escatológico. Abraão, patriarcas, juizes, reis, profetas, instituições, reformas perpassados pelo senso de uma esperança maior. A dinastia de Davi vai sendo sempre mais considerada instrumento para a salvação de todos os povos. Muito mais tarde, durante a dominação romana, o messianismo se orienta para um futuro indefinido, sem instituição monárquica. A figura do Messias pode ser considerada uma esperança presente em toda esta história.

O capítulo seguinte trata da realização desta esperança em Jesus de Nazaré. Após uma “breve biografia” em que aborda questões significativas como o contexto geográfico-político, a família e os discípulos de Jesus, HA entra em questões como o seguimento de Jesus e suas exigências, o chamado universal ao arrependimento, Jesus como personificação e realização do reino, os inimigos de Jesus, os Doze, a traição de Judas para além da responsabilidade humana, o reino de Deus, sua proximidade, presente e futuro, pertença aos pobres, valores permanentes. É-nos ainda apresentada uma reinterpretação do tema por vários exegetas e teólogos entre eles R. Bultmann e C.H. Dodd. Merece destaque o ponto de vista de R. Schnackenburg. Ele distingue as expressões “reino de Cristo” e “reino do Pai”. A primeira expressão refere-se ao período entre a ressurreição e a Parusia, quando Cristo exerce sua soberania sobre os poderes mundanos, inclusive a morte. A segunda expressão indica a entrega desta soberania ao Pai que se tornará tudo em todas as coisas e o reino se converterá numa realidade.

Tratando dos milagres, HA os compreende na perspectiva do amor de Deus em ação “no” e “pelo” acontecer humano. Existem diferenças no conceito de milagre. Para os sinóticos a fé é condição para o milagre, ao passo que para João a fé é consequência do milagre. O fundamento da fé é Jesus, o Cristo, o Filho de Deus. Os milagres manifestam a realidade libertadora do reino de Deus, a força libertadora de Deus presente em Jesus de Nazaré. “Seus gestos, também os milagres, se inserem em seu projeto de vida, na pregação do reino, que anuncia a aniquilação do poder de satanás (Mt 12,28), assume a bondade inicial da criação e antecipa a vitória definitiva sobre a morte. Só na ressurreição de Jesus se revela plenamente o autêntico significado dos milagres” (p. 216).

A fé em Jesus, última e definitiva revelação de Deus, se exprime nos títulos referentes a ele no Novo Testamento. Nesta questão cabe distinguir entre os títulos atribuídos pelo Senhor a si mesmo durante sua existência terrena, e títulos aplicados a ele pelos teólogos da época apostólica. Distinguem-se também “títulos funcionais”, ou seja, aqueles que definem a função de Cristo na salvação da humanidade, e “títulos relacionais”, ou seja, aqueles que se referem à relação de Cristo com Deus, de quem é Verbo e Filho.

Segue um conjunto de capítulos sobre os títulos de Jesus: Filho do homem, Messias, “Filho de Deus”. Cada um deles é abordado a partir de variados pontos de vista abrangendo o paganismo, o Antigo Testamento, o judaísmo, o Novo Testamento e o próprio Jesus. Todos esses títulos contribuíram para o aprofundamento pelos discípulos da relação do Mestre com Deus. Na diversidade de seus simbolismos e tipologias, os evangelhos afirmam a divindade de Jesus seja no plano metafísico da relação do Filho com o Pai, seja na obediência ilimitada de Jesus ao Pai e em sua entrega total à humanidade.

O conflito final de Jesus constitui o desfecho dos conflitos enfrentados por ele durante sua atividade. HA destaca a importância de Marcos nesta questão, uma vez que se refere com precisão às acusações religiosas e políticas contra o Senhor. Conforme o teólogo W. Kasper, Jesus foi executado como rebelde político, ainda que sua rebeldia seja singular, sem conotações com os movimentos rebeldes da época. Era necessário, porém, forjar provas que justificassem sua condenação. Contudo para o Novo Testamento a morte de Jesus, para além da ação dos judeus e romanos, possui uma dimensão de maior profundidade: a obra salvadora de Deus e a livre autoentrega de Jesus, o final da era presente, a falta de sentido do Templo no futuro e a chegada do

reino de Deus. A morte de Jesus é a morte do profeta, do justo, do servo sofredor, tendo sido precedida por um conjunto de fatos: oração no horto de Getsêmani, prisão de Jesus, o comparecimento perante o sinédrio e o tribunal romano, o caminho da cruz, a crucifixão, a morte na cruz. Nesta cadeia de eventos história e teologia se interpenetram.

A última ceia de Jesus é apresentada sob três prismas: os relatos da ceia, a ceia pascal e a ceia de Jesus, a última ceia e a Eucaristia. Quem come do pão e bebe do cálice, recorda e celebra a vida de Jesus, sua morte e ressurreição, espera a realização definitiva do reino de Deus. J. Ratzinger escreve: “Se em Isaías ‘muitos’ poderia significar essencialmente a totalidade de Israel, na resposta de fé que a Igreja dá ao novo uso da palavra por parte de Jesus fica cada vez mais claro que Ele, de fato, morreu por todos” (J. Ratzinger citado em HA 312). Outro aspecto a ser ressaltado é a sobrevivência da última ceia na ceia do Senhor celebrada pela comunidade. Nela se fundamenta a união pessoal com Cristo glorificado, a unidade eclesial e a salvação oferecida ao mundo inteiro. Enfim, esta parte referente à última ceia e à Eucaristia conclui buscando apresentar um panorama dos diversos aspectos da Eucaristia, atenta ao diálogo ecumênico a este respeito.

O capítulo intitulado “Ressuscitou!” conclui esta cristologia bíblica. O Ressuscitado aparece aos discípulos. Eles exprimem estas aparições com imprecisão terminológica, porém com a firme certeza de que o Crucificado ressuscitara e está vivo. Da memória e das vivências de Jesus – histórico e ressuscitado – surgiram tradições que conservam suas palavras e obras, ao mesmo tempo em que proclamam sua presença entre os vivos. O Crucificado é o Ressuscitado.

Os testemunhos do Novo Testamento longe de limitar-se a um fenômeno existencial, ratificam a ação de Deus em Jesus e a fé dos discípulos em que Jesus está vivo, exaltado na glória de Deus. Não se trata de um retorno à vida terrena, e sim da assunção à Vida em Deus. Quem vivenciou isto foi Jesus de Nazaré conforme testemunham os relatos pascais, a tradição do sepulcro vazio, as aparições de Jesus ressuscitado. A ressurreição implica, portanto, a identidade e a continuidade entre Jesus em sua existência terrena e seu estar com Deus.

A ressurreição de Jesus é a verdade central do cristianismo. Confessada ao longo dos séculos, apoiada nos escritos do Novo Testamento, ela confirma a divina missão

salvadora de Jesus, o reconhecimento dele como o Senhor exaltado e glorificado em Deus.

A ressurreição de Jesus revela o destino último da criação e da história em sua totalidade e em cada ser existente, a grandiosidade incomensurável do ato de existir. “Os discípulos experimentaram a ressurreição de Jesus “não como um singularíssimo ato do poder de Deus ‘no curso da história que se precipitava até seu fim... mas sim como o começo do *éschaton*. Eles viram Jesus com luz resplandecente. Foram testemunhas da entrada de Jesus em seu reino,... ‘experimentaram a Parusia’” (J. Jeremias citado em HA p. 353).

O capítulo final trata da fé da Igreja em Jesus. Emergindo no meio religioso judeu, essa fé se exprime através das categorias e das tradições do povo judeu, anunciando, porém, uma novidade, e que novidade! Cada evangelho contém uma cristologia expressa através de títulos, palavras e acontecimentos. Marcos, Mateus, Lucas e João testemunham o mesmo Jesus Cristo, cada um a partir de uma perspectiva própria. Contudo o encontro do cristianismo com outras culturas para além do judaísmo deu início a novos questionamentos. Como compatibilizar a fé cristã, de um lado com o monoteísmo judeu e, de outro, com o monoteísmo filosófico grego em suas várias expressões: platonismo, “médio platonismo”, aristotelismo, estoicismo, neoplatonismo? São significativas as semelhanças entre neoplatonismo e religião cristã. Começa o permanente desafio de articular cristianismo primitivo e mundo cultural da época. As tentativas de resposta da Igreja nascente contribuíram para a formulação e o aprofundamento das primeiras confissões de fé

No período pré-niceno ganha força a pergunta pela conciliação entre a divindade e a humanidade de Jesus, conforme confessa a Escritura: “Jesus é Senhor” (Rm 10,9; Fl 2,11). Nesta confissão de fé, como conciliar o monoteísmo judaico com as categorias do pensamento greco-romano tão alheio à fé cristã na encarnação de Deus? Outra grande dificuldade consistia em como combinar em Deus a verdadeira unidade e uma autêntica diferença entre Pai e Filho e Espírito Santo.

Surgem os primeiros escritos para além do Novo Testamento. A questão cristológico-trinitária se acha presente em todos eles, embora ainda não de forma sistemática. Entre as obras se encontram a *Didaqué* ou *Doutrina dos Doze Apóstolos* e o *Pastor de Hermas*; entre os autores Justino Mártir, Clemente de Alexandria, Tertuliano,

Ireneu de Lião e Orígenes. Em se tratando de Ireneu merece destaque a profundidade, a beleza e a simplicidade com que aborda o mistério da Encarnação. A leitura de sua obra *Contra as heresias* deve ser sempre retomada.

Outro fato importante deste período é o aparecimento de erros em relação a Jesus Deus-homem. Tais erros são o gnosticismo, o docetismo, o modalismo, o subordinacionismo, o arianismo. Com eles se pretendia tornar palatável à razão humana o mistério da Encarnação. Destacam-se também duas importantes escolas teológicas, a de Antioquia e a de Alexandria. A primeira acentuando a entrada do Verbo no mundo fazendo-se carne; a segunda acentuando a humanidade de Jesus assumida pela Palavra de Deus. Neste contexto surge Ário. Para ele o Filho é a criatura mais perfeita da criação, tendo passado a existir antes de todos os tempos e idades, sendo por isto uma criatura infinitamente superior às demais.

Este é o contexto em que acontecem quatro concílios decisivos para a confissão de fé. O Concílio I de Nicéia em 325 ensina que o Filho é consubstancial ao Pai. Este envia seu próprio Filho ao mundo. Não estamos diante de uma doutrina abstrata, e sim de uma profissão litúrgica de fé orientada para a história da salvação e procedente da tradição bíblica e eclesial. O Concílio de Constantinopla I reunido em 381 foi decisivo para o reconhecimento da doutrina de Nicéia pelas Igrejas do Oriente e do Ocidente. Neste concílio foi decisiva a influência da teologia dos “Padres Capadócius”: Basílio Magno, Gregório de Nissa e Gregório Nazianzeno. A discussão teológica, no entanto, procede, dirigindo-se agora para o modo de união entre divindade e humanidade em Jesus. Duas figuras se destacam em acirrada disputa: Nestório e Cirilo de Alexandria. Este é também o contexto da carta enviada pelo papa Leão I conhecida como *Tomus ad Flavianum*. Em 451 reuniu-se o Concílio de Calcedônia. Tendo por objetivo o estabelecimento de uma fé comum em todo o império. Após intensa movimentação foi aceita por todos uma profissão de fé inspirada nas fórmulas de união do ano 433, na Segunda Carta de Cirilo de Alexandria a Nestório, no *Tomus ad Flavianum* e na profissão de fé formulada por Flavianum em 448.

A definição dogmática de Calcedônia foi acolhida até o presente e continuará a ser acolhida no futuro. Ela exprime a doutrina dos profetas e do próprio Jesus Cristo, expressa ao longo dos séculos nos Concílios de Nicéia, Éfeso e Constantinopla. Há, portanto, uma unidade da fé anunciada pelos profetas do Antigo Testamento, realizada e

anunciada por Cristo, o Senhor, e professada pela comunidade eclesial. O enunciado nuclear desta doutrina consiste na confissão de que Jesus Cristo é um “só e único Filho”, “Filho unigênito, Deus, o Verbo, o Senhor Jesus Cristo” (cf. 1Cor 8,6). O Filho é “o mesmo perfeito em sua divindade” e “o mesmo perfeito em sua humanidade”, dotado “de alma racional e corpo”. É consubstancial com o Pai e conosco em razão de sua dupla origem: gerado do Pai antes dos séculos segundo a divindade e, nestes últimos dias, em favor de nós e de nossa salvação, gerado de Maria, a Mãe de Deus, segundo a humanidade.

Não obstante as limitações e críticas à definição de Calcedônia, ela constitui uma baliza e um horizonte aberto à “fides quaerens intellectum”, de modo que é preciso sempre levá-la em conta. “Jesus Christus semper maior”.

A conclusão final da obra apresenta valiosas observações. Atenho-me àquela que considero mais significativa. Não somos meros interessados em cristologia, e sim crentes e discípulos de Jesus Cristo. O empenho em conhecê-lo ajuda-nos a amá-lo, segui-lo e testemunhá-lo no complexo emaranhado da história em andamento. Assim caminha a cristologia.

No término do livro se encontram um glossário e uma bibliografia.

Duas correções para a correta compreensão do texto: à página 135 leia-se *pululavam* e não *pulavam*; e à página 312, *proexistência* e não *preexistência*.

Antonio Alves de Melo

Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma - Itália.

Colaborador da Revista Eclesiástica Brasileira – REB.

Endereço atual: Resende, RJ

E-mail: antomaguim@gmail.com

(Recebido e aceito em dezembro de 2023)